



Grupo Parlamentar CHEGA

Nota de Imprensa

CHEGA EXIGE RESPONSABILIZAÇÃO PELAS DECISÕES POLÍTICAS NO HOSPITAL MODULAR

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao incêndio do Hospital do Divino Espírito Santo confirma aquilo que o CHEGA Açores denunciou desde o início de todo o processo que levou à aquisição e construção do Hospital Modular. Houve negligência, manipulação política e desrespeito absoluto pela saúde dos Açorianos.

Neste sentido, a deputada Olivéria Santos garante que o CHEGA “não fica satisfeito, mas com pena porque mais uma vez tem razão e mais uma vez a saúde dos Açorianos ficou para trás para serem dadas prioridades a decisões políticas. Isto não pode continuar”.

O CHEGA vai, por isso, pedir responsabilidades políticas. “Queremos uma resposta e queremos que a Secretária Regional da Saúde e o Presidente do Governo Regional expliquem o que aconteceu. Houve decisões políticas e tem de haver responsabilização de quem as tomou”, garantiu.

Olivéria Santos acrescenta que o Grupo Parlamentar do CHEGA vai continuar a denunciar esta situação, explicando que o Hospital Modular seria para custar 12 milhões de euros e as contas já ascendem aos 40 milhões de euros. Uma questão que o CHEGA quer também ver analisada pelo Tribunal de Contas, através de uma auditoria urgente – proposta pelo CHEGA no último plenário e que acabou aprovada por unanimidade - à contratualização subjacente à concepção, construção, apetrechamento e funcionamento do Hospital Modular.

Além disso o CHEGA vai exigir uma auditoria completa à gestão do HDES. “Vamos insistir na responsabilização política e criminal dos responsáveis e vamos continuar a defender a transparência, a verdade e a saúde pública”, anunciou a parlamentar.

“A saúde dos Açorianos está mal e não podemos pôr a política acima da saúde dos Açorianos”, reforçou Olivéria Santos que referiu algumas conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito que denunciam isso mesmo: existiam condições técnicas para reabrir parcialmente o HDES após o incêndio, sendo que consultas, exames e serviços administrativos poderiam ter retomado actividade com segurança.

“Mas o Governo Regional preferiu manter tudo fechado por opção política, sem qualquer justificação técnica válida. Uma decisão vergonhosa, que colocou a propaganda à frente da vida das pessoas”, referiu.

O CHEGA foi a primeira força política a dizer que “havia negligência, encobrimento e má-fé. Fomos a única voz a denunciar a incompetência da tutela e a exigência de justiça para utentes e profissionais. E este relatório é a prova oficial: o Povo Açoriano foi enganado. E quem o enganou tem de responder por isso”, concluiu Olivéria Santos.



Grupo Parlamentar CHEGA

Ponta Delgada, 16 de Junho de 2025

CHEGA | Comunicação